



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: alternativa de mensuração da sustentabilidade social nas empresas SICOOB E UNICRED de Mineiros/GO

Edson Trajano Vieira

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Brasil (2009), Professor Assistente da Universidade de Taubaté, Brasil - edson.trajano@pq.cnpq.br

Daniel Resende Freitas

Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (2012 - 2014) pela UNITAU-SP; Especialização em Análise e Auditoria Contábil (2007) pela PUC-GO; Graduação em Ciências Contábeis (1988) pela PUC-GO; Professor do curso Ciências Contábeis do Centro universitário de Mineiros (UNIFIMES) - daniel@fimes.edu.br

Resumo

No âmbito da administração, o termo desenvolvimento pressupõe que as ações de empoderamento ocorram de modo equitativo, evoluindo de modo equânime nas áreas econômica, política, social e ambiental. Já o desenvolvimento sustentável ocorre quando há interação dessas áreas de modo equilibrado entre todos os atores sociais, promovendo qualidade de vida e bem-estar no presente e no futuro. As organizações empresariais, juntamente com as políticas públicas, os mecanismos de promoção do desenvolvimento regional sustentável. O objetivo principal deste estudo é analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como mecanismo de mensuração de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social. O estudo se instrumentou por meio de pesquisas exploratória, bibliográfica, documental e com análise de dados de caráter quantitativo e estudo de caso. O escopo temporal estudado restringe-se aos anos de 2011 e 2012. As análises da DVA foram apresentadas com informações de duas empresas (instituições financeiras), que permitiram identificar o comportamento das mesmas quanto à destinação de recursos para os empregados, para o governo, além do que foi distribuído aos sócios, e assim inferir que a DVA é uma ferramenta apta a ser adotada na mensuração da sustentabilidade social.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Demonstração do Valor Adicionado. SICOOB E UNICRED

ADDED VALUE STATEMENT: alternative for social sustainability measuring in the companies SICOOB AND UNICRED in Mineiros / GO

Abstract

In administration area, the term development means that the actions of empowerment occur in an equitable way, developing in an equanimity way in the economic, political, environmental and social areas. On the other hand, the sustainable development occurs when there is interaction among these areas in a balanced way among all social actors, promoting life quality and well-being in the present and in the future. The enterprise organizations, together with the public politics, the sustainable regional development mechanisms. The main goal of this study is to analyze the Adding Valor Demonstration as a mechanism of development in the dimension of social sustainability. The study was based on exploratory, bibliographical

and documental researches with analyses of quantitative data e case student. The studied temporal data is limited to the years 2011 and 2012. The DVA analyses were presented with information of two enterprises (financial institutions), that allow to identify their own behavior concerning the destiny of resources to employees, to the government, besides the ones which were shared to the partners, and this way it is possible to inferring that the AVD is a tool which is able to be adopted in the measurement of social sustainability.

Keywords: Sustainability. Adding Valor Demonstration. SICOOB E UNICRED

DOI N°. 10.5935/1981-4747.20200001

Recebimento: 23/02/2019 **Aprovação:** 17/03/2020

1. Introdução

O estudo do planejamento e desenvolvimento regional requer a abordagem de assuntos voltados ao bem-estar e à qualidade de vida, além das questões relacionadas à eficiência operacional e financeira. As organizações empresariais são células sociais que influenciam fortemente o ambiente onde se inserem, e a sociedade, quer direta ou indiretamente, deve prover-se de informações que permitam ser capazes de identificar o comprometimento e envolvimento dessas empresas na promoção do desenvolvimento sustentável.

No escopo deste estudo, deve-se entender sustentabilidade como a dinâmica empresarial que busca atingir seus fins econômicos de modo que, no futuro, uma mesma organização ou outras possam continuar gozando dos mesmos privilégios e recursos do passado, tais como recursos humanos, ambientais, ecológicos e outros, além de que a riqueza gerada possa ser distribuída de modo justo e equilibrada entre todos os atores sociais que interajam com tal organização e sistema.

A sustentabilidade social nas empresas, no âmbito deste estudo, pressupõe programas e ações empreendedoras que atendam além dos interesses econômicos, proporcionando, também, bem-estar e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores e na comunidade que se relaciona direta ou indiretamente com a empresa.

Nesse sentido, suscitam-se questões da seguinte natureza: qual o conceito de desenvolvimento regional e de sustentabilidade? Como identificar e comparar a ocorrência desses fenômenos?

As questões apresentadas têm o objetivo de direcionar o foco deste estudo, que propõe analisar a aplicação de uma ferramenta como instrumento para mensurar e comparar a responsabilidade social de empresas dentro do campo da sustentabilidade social.

Em geral, as sociedades empresariais, por forças legais e normativas, são obrigadas a registrar sua movimentação financeira, a escrituração, e elaborar relatórios que apresentem tal movimentação de modo resumido, os demonstrativos contábeis. No rol das demonstrações

contábeis, encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um demonstrativo que apresenta a geração de riqueza (Valor Adicionado-VA) de uma célula social dentro de um período, identificando a alocação/distribuição dessa riqueza entre os acionistas, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria entidade (valor reinvestido).

O valor adicionado é obtido pela subtração entre o total das receitas apuradas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Pode-se, assim, identificar o valor adicionado gerado pela empresa. A DVA evidencia esse valor e demonstra qual é o destino e a distribuição dessa riqueza gerada em um exercício social, que normalmente se refere ao período de um ano.

Há, ainda, certa limitação nos mecanismos para mensurar o desenvolvimento na dimensão social, dessa forma, este estudo tem o objetivo de analisar a aplicação da DVA a fim de ser adotada como mais uma ferramenta para tal objetivo. Para tanto, foram realizadas análises partindo dos dados gerados por DVA de duas empresas sediadas no município goiano de Mineiros, empresas do ramo de cooperativismo de crédito, utilizando informações disponíveis nas páginas eletrônicas dessas entidades.

Dessa forma, surge como problema deste estudo a seguinte questão: a DVA permite avaliar o desenvolvimento regional dentro da dimensão da sustentabilidade social nas empresas? Para responder à problemática proposta, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais em dados divulgados publicamente, disponíveis em *sites* na rede mundial de computadores, os dados selecionados foram extraídos de duas empresas unidades operacionais localizadas na cidade de Mineiros, no estado de Goiás.

A delimitação temporal inicial, proposta no projeto deste estudo, buscava estudar o período de 2008 a 2012, em virtude de a DVA ter sido normatizada pela Lei nº 11.638, de 2007, e cobrada de 2008 em diante. Como as informações destinadas a subsidiar o estudo deveriam ser de domínio público fez-se a opção por relatórios divulgados nas páginas eletrônicas das cooperativas analisadas. Após realizar consultas e obter os arquivos/relatórios necessários ao estudo, constatou-se que, nos dados disponíveis das entidades selecionadas, havia apenas informações dos anos de 2011 e 2012, portanto, no escopo temporal pesquisado, específico para a análise da DVA, só foi possível utilizar informações desses dois anos.

Dessa forma, o presente estudo encontra-se com a seguinte organização: num primeiro momento, vai-se descrever a elaboração da DVA com apresentação dos indicadores de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social que podem ser produzidos; em seguida serão comparados os indicadores das empresas objeto deste trabalho para os testes da

DVA, e, finalmente, tentar identificar e discutir, por intermédio da DVA, o desenvolvimento proporcionado pelas empresas teste, sob a perspectiva da sustentabilidade social.

Este estudo engloba e aborda relatórios administrativos de duas empresas nominadas de SICOOB e UNICRED. Analisaram-se as informações apresentadas na DVA, em especial a distribuição do VA – Valor Adicionado, então promoveu-se a confrontação dos indicadores extraídos da análise entre as entidades estudadas.

2. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade

O estudo do desenvolvimento econômico não se deve vincular à visão direcionada estritamente ao crescimento de riquezas, e, assim, logo se entende que há diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. De fato, é primordial entender e segregar esses termos: crescimento e desenvolvimento.

2.1 Crescimento Econômico X Desenvolvimento Econômico

Vieira (2009) conceitua crescimento econômico a partir do Dicionário de Economia e acrescenta às suas considerações a seguinte contribuição:

[...] crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico (VIEIRA, 2009, p. 18).

O desenvolvimento econômico apresenta-se numa visão global, seja plano e ações que garantam uma evolução contínua e de modo sustentável. Bessa (2006), ao definir desenvolvimento econômico, acrescenta que esse conceito deve ser estabelecido como um princípio internacional. No presente estudo, entende-se que o termo desenvolvimento envolve algo de maior amplitude que a concepção do crescimento econômico, em que basta a riqueza global de uma localidade ou grupo que contabilize aumento patrimonial.

Sen e Kliksberg (2010) relatam situações que exemplificam o que deve ser equacionado para a consolidação do desenvolvimento.

O planeta poderia produzir alimento suficiente para uma população bem maior que a atual, e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. As reservas de água potável existentes poderiam permitir o fornecimento de água potável para toda a população e, no entanto, 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso a água tratada. [...] Tudo isso, em pleno século da inseminação artificial, da clonagem de animais, dos IPODS, dos computadores portáteis, da biblioteca digital universal e outras maravilhas tecnológicas (SEN; KLIKSBERG, 2010, pp. 8 a 10).

A globalização imprime falsas realidades. O desenvolvimento aparente dos países em desenvolvimento provoca situações de extrema desigualdade social, pois “a situação dos países subdesenvolvidos não é nada comparável à dos países hoje ‘avançados’ antes de sua industrialização” (SANTOS, 2008, p. 19).

Para Isard (1960) este mais preocupado com o método de análise regional, a Nova Geografia Econômica preocupa-se em fornecer fundamentos microeconômicos para explicar as aglomerações econômicas, e é considerada por seus principais autores uma continuação (ou mesmo uma validação) da Ciência Regional. Contudo, devido à complexidade da realidade, esses conhecimentos deverão ser sempre contextualizados. Acredita-se que essa concepção seja válida, até porque as análises assim efetivadas podem contribuir para a ocorrência de mudanças teórico-conceituais e metodológicas.

Após analisar o posicionamento de Bessa (2006), Sen e Kliksberg (2010) e Santos (2008), conclui-se que é necessária a promoção de políticas e ações que garantam a liberdade das pessoas, como antídoto para aproximar e, se possível, eliminar a divisão social relatada, a fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável e a todos, e não apenas o crescimento econômico concentrado e restrito a pequenos grupos.

Para Simões (2005) o desenvolvimento regional está diretamente relacionado aos padrões de desenvolvimento social à presença de aglomerações industriais setoriais. Ou seja, há uma forte relação entre as questões econômicas com as sociais. Assim, as cooperativas financeiras de mineiros não são atende aos interesses econômicos, quando aos sociais.

Para Haddad (1989) os estudos padrões de desenvolvimento regional e as tendências de mudanças, mas tem dificuldade de identificar os fatores que produziram aqueles padrões. A teoria econômica regional fornece elementos analíticos básicos para orientar o estudo das questões regionais. Os estudos regionais desenvolveram diversas técnicas de análise das características regionais e uma delas são os métodos de análise regional. O conjunto dos métodos de análise regional se encontram as medidas de localização e especialização, que servem para identificar padrões de comportamento dos setores produtivos no espaço econômico, assim como padrões diferenciais de estruturas produtivas entre as várias regiões. No entanto, são de natureza descritiva e de escopo um tanto quanto limitado, mas se justificam em estudos de caráter exploratório.

Debates instituídos nos programas das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento começaram a ser documentados a partir de 1961, em conformidade com vários de seus

registros. A partir daí, foram emitidos documentos - pactos, resoluções e declarações - tratando das diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

Um conceito de sustentabilidade bastante mencionado encontra-se fundamentado pelo relatório de *Brandtland*, citado por Sen (2010), assim é definido: sustentabilidade ocorre quando a geração presente satisfaz suas necessidades sem que comprometa a capacidade de gerações futuras também realizarem suas próprias necessidades.

Bellen (2006) registra que “[...] observa-se hoje que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade” (BELLEN, 2006, p. 23); sua opinião pode ser confirmada ao relacionar a contribuição de outros pensadores, bem como o que foi definido pelo Relatório de *Brundtland* a respeito do desenvolvimento sustentável:

[...]uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, [...] desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, [...] (BELLEN, 2006, p. 23).

Santos *et al.* (2012) apontam que os principais responsáveis pela insustentabilidade e, conseqüentemente, pela degradação dos recursos naturais são a sociedade capitalista e o estado moderno, pois ambos perseguem o crescimento e acumulação de capital privado como propulsores do desenvolvimento.

Bellen (2006) afirma que as questões pertinentes ao desenvolvimento devem remeter a algo de maior abrangência. Defende que devem ser adicionadas propostas aos aspectos sobre sustentabilidade nas “[...] dimensões social e ecológica, bem como fatores políticos e econômicos, dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas” (BELLEN, 2006, p. 23).

Neste estudo, as questões ligadas à dimensão da sustentabilidade social partem da subdivisão proposta por Santos *et al.* (2012), os autores postulam quatro subdivisões para o desenvolvimento e a sustentabilidade: a) dimensão econômica; b) dimensão política; c) dimensão social; e d) dimensão ambiental.

2.2 Desenvolvimento e sustentabilidade na dimensão social

Desenvolvimento e sustentabilidade social, no universo empresarial, devem ser entendidos como programas e ações empreendedoras que atendam aos interesses econômicos, e também proporcionem melhoria no bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores e da comunidade que se relacionam direta ou indiretamente com uma determinada empresa.

Santos *et al.* (2012) ampliam o debate da dimensão social às relações entre países, onde se replica praticamente a mesma realidade de localidades específicas. O problema central situa-se na concentração de renda, tecnologias e acesso a bens tangíveis e intangíveis, dessa forma, ganha ênfase o olhar voltado a promover a melhoria das condições sociais da população. O autor registra que, a partir da década de 1960, intensifica-se o esforço no sentido de elaborar indicadores sociais para acompanhar a evolução da qualidade de vida do cidadão.

Pensar o desenvolvimento agora deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão. O Estado de Bem-Estar Social assume a responsabilidade mediante a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) para o desenvolvimento humano e social (SANTOS *et al.*, 2012, p. 54).

Bellen (2006) define sustentabilidade da perspectiva social como a ênfase que deve ser dada ao ser humano para propiciar condições e meios necessários para aumentar a qualidade de vida. O autor defende que tal condição preserva o capital social e humano e que essa prática, certamente, deve gerar ganhos econômicos.

O acesso a emprego, à carteira de trabalho registrada, à distribuição justa de renda, ao plano de carreira, à saúde, à educação, à proteção, à segurança, ao ar puro, à água limpa e tratada são exemplos de políticas, planos e ações voltadas aos colaboradores de uma empresa, que devem ser tratados com a mesma importância com que a empresa se dedica aos resultados econômicos em um ambiente onde se cultiva o desenvolvimento sustentável na dimensão social. O processo de desenvolvimento sustentável conduz “a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações” (BELLEN, 2006, p. 37).

3. Método

O presente estudo está subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, documental. Severino (2012) caracteriza a pesquisa bibliográfica “pela revisão sugerida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, e da vivência intelectual no meio do estudo universitário e no ambiente científico e cultural”, (SEVERINO, 2012, p. 75). Enfim, é a pesquisa realizada por meio da leitura analítica, debates e reflexões de escritos sobre um determinado assunto.

O caráter documental desta pesquisa está embasado nas informações obtidas do *disclosure* (evidenciação) contábil das empresas estudadas. Essas informações constituem a base

de dados documentais que fundamentaram a análise da DVA, quando foram reunidas as manifestações decorrentes dos atos e fatos administrativos daquelas entidades, retratando a sua vida social, bem como a sua relação em conjunto com outros setores e a comunidade. “Este registro constitui a base das estatísticas de determinada sociedade” (RICHARDSON, 1999, p. 228).

Quanto à análise de dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois os dados e o material necessários para a análise da aplicação da DVA são numéricos. Dessa forma, podem-se acrescentar as contribuições de Deslandes (1994); Richardoson (1999), e Bauer, Gaskell e Allun (2008), que entendem que os dados partiram da análise de um contexto administrativo, assim as informações quantitativas serviram para sustentar as análises e testes necessários para o estudo realizado.

No presente estudo, o município de Mineiros (GO), pela ausência de informações consolidadas sobre o assunto, teve-se a intenção de iniciar a criação de um banco de dados para a região. Outros fatores determinantes para a escolha do local e das empresas foram às condições ligadas à objetividade, disponibilidade e facilidade de acesso aos dados, inclusive pelo fato de se poder comprovar e confirmar a veracidade das informações pela convivência do pesquisador com o local definido, além de representar a melhor opção relacionada a custo/benefício da pesquisa.

Para obter os dados necessários para analisar e discutir a DVA, foi essencial coletar as informações contábeis das entidades selecionadas, representando os instrumentos da pesquisa documental.

O levantamento dos dados para a realização da pesquisa ocorreu em duas etapas distintas. Inicialmente se estabeleceu uma revisão bibliográfica voltada para fundamentar os conceitos, definições e histórico a respeito das teorias do planejamento e desenvolvimento regional, da DVA e das sociedades cooperativas, além das demais modalidades empresariais, a fim de reforçar o posicionamento e características do cooperativismo. Em seguida, fundamentado na pesquisa documental, o estudo volta-se para a identificação das informações contábeis das empresas atuantes na modalidade de sociedade cooperativa localizada em Mineiros (GO).

Para a elaboração e análise dos índices extraídos da DVA de cada empresa foram utilizados, como base de dados, os relatórios da administração dessas entidades, que são os relatórios produzidos para a prestação de contas ao final de cada exercício social.

As informações necessárias para a elaboração da DVA são retiradas das demonstrações contábeis, em especial da DRE e do BP. Utilizou-se, neste estudo, apenas a DVA de cada entidade, extraindo-se dessa ferramenta as informações e pontos de análise para a pesquisa.

Dentro dos segmentos em que o VA é distribuído, foram utilizadas como eixos de análise as parcelas destinadas aos empregados, ao governo, e ao que fica retido no capital social da empresa, por considerar que representam as principais contribuições para a sociedade, representando, dessa forma, meios de promover o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

4. DVA como ferramenta de quantificação do desenvolvimento

A DVA é uma ferramenta que se propõe a evidenciar particularidades de ações sociais praticadas pelas empresas, e pode oferecer uma boa fundamentação para estudos da dimensão social do desenvolvimento regional.

A gênese da DVA repousa na década de 1970, na Inglaterra, para Fregonese (2009), ela se apresenta como uma ferramenta que buscava atender à necessidade de informação dos usuários (*stakeholders*) interessados no desempenho de uma entidade.

O órgão inglês responsável pela elaboração dessa peça contábil foi o Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra – *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC), em 1975. A demonstração recomendava destacar a aplicação dos resultados destinados a “empregados, provedores de capital, governo e reinvestimento” (FREGONESE, 2009, p. 59).

A mesma autora reporta a importância dos sindicatos e empregados na participação como membros interessados nas informações. Essa importância é consequência da participação desse grupo nos resultados de uma entidade, em decorrência de um novo período de “democracia industrial” (grifos da autora). Nos registros de Fregonese (2009), identifica-se que na década de 1990, países como Estados Unidos, França e Alemanha passaram a apreciar o uso e apresentação de informações reportadas pela DVA adotando as práticas inglesas em seu território, com boa receptividade por parte das entidades com ações no mercado mobiliário e dos *stakeholders*.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu um pronunciamento técnico, o CPC-09, com o objetivo de estabelecer critérios de elaboração e apresentação da DVA no Brasil. No item 10 desse documento, a DVA é assim caracterizada:

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2013, p.1).

A DVA, no entanto, é uma demonstração contábil que constitui uma resposta às cobranças da sociedade à responsabilidade social e corporativa das células sociais, que em nada se confunde “com assistencialismo ou promoção social” (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 3) para ser utilizada como *marketing* social. Conforme estudos de Santos (2005), no Brasil, a DVA tem seus primeiros ensaios previstos para todas as empresas de grande porte pelo Projeto de Lei nº 3741/2000.

Cunha e Ribeiro (2007) retratam de forma bem articulada o confronto do contexto conceitual de Valor Adicionado, que apresenta a preocupação dos estatísticos em apurar o Produto Nacional relacionado ao PIB, e o contexto conceitual da DVA, que trata da distribuição da riqueza gerada pelas firmas.

A DVA está voltada para identificar a alocação desse Valor Adicionado entre os grupos de acionistas, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria firma (reinvestimento), e permite aos *stakeholders* avaliar a distribuição da riqueza gerada pela firma e assim identificar o seu envolvimento com atitudes de responsabilidade social, evidenciando fatores que envolvem o desenvolvimento regional sustentável.

4.1 Elaboração e análise da DVA

Ao interpretar a economia nacional, em Brasil (2007), percebe-se que a DVA permite identificar a parcela da riqueza gerada por uma célula social e qual a sua destinação entre os seguintes segmentos: valor adicionado distribuído aos empregados; ao governo; a terceiros; aos acionistas; e valor adicionado retido.

Iudícibus *et al.* (2010) reafirmam que para elaborar e apresentar a DVA, deve-se seguir as orientações do CPC-09 – Conselho Federal de Contabilidade, e observar rigorosamente o regime de competência de exercícios. No ano de 2008, o CFC emitiu a Resolução nº 1.138, que aprova o CPC-09. Esse pronunciamento culminou com a instituição da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC-T 2.7), que insere a DVA no rol das demonstrações contábeis obrigatórias.

No ano de 2011, o CFC alterou a sigla de identificação dessa norma sem alterar seu conteúdo na Resolução CFC nº 1.138/08. A referida norma passou a ter a nomenclatura e

numeração NBC TG 09. O VA gerado por uma célula social, destinado aos empregados, é um indicador que, se comparado com outras empresas do mesmo segmento, possibilita identificar se alguma delas destina parcelas mais generosas aos seus colaboradores, o que evidencia a adoção de prática e políticas de sustentabilidade social diferenciada, permitindo avaliar aquela entidade mais desenvolvida socialmente nesse segmento.

Para afirmar com maior segurança uma opinião nesse sentido, torna-se imprescindível que tal análise seja realizada de modo horizontal, comparativa entre mais de um exercício social, pois, quanto mais longa a linha do tempo observada, maior a segurança em tecer considerações sobre as interpretações realizadas e de situações e imagens pretéritas.

A DVA deverá ser elaborada e apresentada em conformidade com as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013), de acordo com os seguintes critérios:

- elaborada com base no princípio contábil da competência;
- apresentada de forma comparativa, destacando o período atual e anterior;
- elaborada nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das demonstrações no caso de entidades com filiais;
- inclui a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso de divulgação de DVA consolidada;
- consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas demonstrações contábeis.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2000) publicou orientações para empresas e auditores acerca de elaborar e publicar as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/1999. Para tanto, foi emitido o Ofício-Circular nº 01/2000, com o modelo para construção da DVA que passou a ter sua estrutura sugerida e recomendada, conforme o Quadro 1.

Para verificar as contribuições da DVA como ferramenta de análise e medição de desenvolvimento econômico nas empresas, Santos (2005) apresenta quocientes que podem servir de indicadores do desenvolvimento de modo estático ao analisar os dados entre si para um determinado período (ex.: ano 1) ou de modo dinâmico ao comparar os indicadores dentro de intervalo temporal (ex.: ano 1 e ano 2).

Ao observar a destinação da renda aos segmentos beneficiários do valor adicionado (empregados, governo, terceiros, acionista e valor retido), Santos (2005) entende que podem

ser criados índices de participação para grupo da seguinte forma: tomando como base o Valor Adicionado Total (VAT) pode-se relacionar com as parcelas individuais de cada segmento.

Por meio desses comparativos verifica-se, em índices, a participação de cada segmento na riqueza gerada pela empresa, por exemplo, no ano de 2012. Torna-se mais interessante quando se tem o registro histórico desses indicadores no tempo, como, por exemplo, indicadores dos anos de 2008 ao ano de 2012. É possível avaliar a preocupação da entidade, no caso do valor destinado aos empregados, em manter ou melhorar as políticas para o bem-estar desse grupo.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012	%	2011	%
DESCRIÇÃO	R\$		R\$	
1 – RECEITAS				
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços				
1.2) Outras receitas				
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios				
1.4) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)				
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)				
2.1) Matérias-primas consumidas				
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos				
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros				
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos				
3 – VALOR ADICIONADO (VA) BRUTO (1-2)				
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão				
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)				
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1) Resultado de equivalência patrimonial				
6.2) Receitas financeiras				
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)				
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos				
8.2) Impostos, taxas e contribuições				
8.3) Remuneração de Capital de Terceiros (Juros, aluguéis, outros)				
8.4) Remuneração do Capital Próprio (Juros s/ capital, dividendos)				
8.5) Superávit / (déficit) do exercício (Retido Empresa)				
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)				

Quadro 1 – Modelo DVA

Fonte: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2000).

Os gastos com pessoal (remuneração direta, benefícios e encargos sociais) destacados pela DVA permitem identificar qual volume de recursos é destinado a esse grupo, qual a renda média, se o total de colaboradores que devidamente recebem condiz com os documentos. Além de identificar a evolução desses gastos no tempo, possibilita constatar se a empresa ao melhorar seus resultados promove distribuição ou concentração de renda. Outras considerações ainda podem ser elucidadas ao investigar a distribuição do VA destinada aos funcionários, no entanto, qualquer uma delas pode confirmar que a DVA, além das informações econômicas, permite extrair indicadores de desenvolvimento sustentável na dimensão social.

Os gastos com tributos representam a responsabilidade social e fiscal de uma empresa. Quando recolhidos adequadamente indicam que a entidade não coopta com a sonegação, corrupção e evasão fiscal. Sua contrapartida é possibilitar ao poder público ofertar à população os serviços que lhe são de direito, como educação, saúde e segurança. Em relação à parcela do VA que fica retida na empresa, é de suma importância que a comunidade a acompanhe, principalmente nos casos de empresas que não têm a sede na localidade. É importante identificar quanto a empresa obteve de lucro e o que ela fez com esse lucro.

Pode ocorrer de a empresa gerar ganhos em uma região e desviá-los para outra. É preciso verificar se a empresa demonstra preocupação com a região e aplica uma boa parte do resultado no local em que está inserida. Principalmente em grupos que empregam um número maior de funcionários, a empresa deveria ter algum programa social, como incentivo ao ensino, à saúde, à moradia, ao lazer e outros benefícios.

Pode ocorrer, também, de a empresa situada em um lugar retirar suas riquezas, deixar seu lixo e, quando não for mais de seu agrado, ir para outra localidade, de maior interesse. A empresa fecha as portas e se muda. Já em relação ao estudo e análise da DVA a partir da variável referente ao tributo e à remuneração do capital próprio podem ser obtidas opiniões semelhantes às mencionadas para a destinação do VA ao pessoal e encargos.

A análise, tanto da parcela de VA destinada aos funcionários, como ao governo aponta dados que configuram as ações promotoras de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social mencionadas por Bellen (2006); Sen (2010); Dowbor (2007); e Santos *et al.* (2012), que defendem que esse desenvolvimento deve estar representado pela melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.

Comparando-se a DVA com as demais peças da contabilidade, como balanços e demonstrações, e de acordo com o posicionamento de Dowbor (2007), que registra que o

cotidiano do planeta é carente de decisões e processos inovadores, pode-se considerar que a introdução da DVA no rol de demonstrações contábeis aplicadas no Brasil é, sem dúvida, uma ação de bom senso da classe contábil e dos legisladores ao adotar tal demonstrativo.

4.2 Empresas SICOOB E UNICRED – Mineiros/GO – ambiente de teste da DVA

Mineiros, escopo territorial de aplicação do presente estudo é um município localizado na zona do Alto Araguaia, parte da microrregião do sudoeste goiano, distante 622 quilômetros da capital nacional Brasília. O quadro 2 apresenta a aplicação do estudo e análise da DVA. Conforme o quadro foram selecionadas duas empresas da cidade de Mineiros (GO), a opção pelas empresas em questão, deveu-se ao fato de que elas apresentaram suas informações contábeis em meios públicos de divulgação. São empresas do ramo de instituições financeiras, na modalidade de cooperativa de crédito, e são cooperativas de livre admissão de associados.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012		2011	
	SICOOB - R\$	UNICRED - R\$	SICOOB - R\$	UNICRED - R\$
1 – RECEITAS	13.425.970	9.048.576	11.351.489	7.876.331
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14.618.406	9.063.845	11.416.284	7.885.527
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	-	-	-	-
1.3) Não operacionais	(1.192.436)	(15.269)	(64.795)	(9.196)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)	3.003.793	6.045.283	2.394.695	4.997.026
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	1.750.591	2.870.227	1.311.176	2.594.186
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros	1.253.202	3.175.056	1.083.519	2.402.840
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – VALOR ADICIONADO (VA) BRUTO (1-2)	10.422.177	3.003.293	8.956.794	2.879.305
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-	-	-
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO NA ENTIDADE (3-4)	10.422.177	3.003.293	8.956.794	2.879.305
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.126.954	35.758	2.537.090	208.976
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2) Receitas financeiras	3.126.954	35.758	2.537.090	208.976
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	13.549.131	3.039.051	11.493.884	3.088.281
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	2.189.981	2.028.023	1.806.941	1.571.465
8.2) Impostos, taxas e contribuições	19.043	60.319	13.879	55.043
8.3) Juros, demais desps. Financ.e aluguéis	1.747.299	309.046	1.640.600	134.753
8.4) Serviços gratuitos e beneficentes	491.880	47.820	826.951	104.479
8.5) Juros s/ capital próprio e dividendos	4.467.418	573.267	4.001.283	734.883
8.6) superávit / (déficit) do exercício (Retido Empresa)	4.633.510	20.576	3.204.230	487.658
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	13.549.131	3.039.051	11.493.884	3.088.281

Quadro 2 – DVA SICOOB e UNICRED (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de SICOOB (2012), e UNICRED (2012).

5. Análise isolada da DVA das empresas SICOOB E UNICRED - 2011 a 2012

Ao concentrar-se nas informações no item 8 do Quadro 2 da DVA, volta-se a atenção para o VA gerado e sua distribuição em uma análise vertical, verificando a composição e participação de cada elemento dentro de cada ano. Identificam-se como elementos de maior relevância, na SICOOB os itens 8.5 e 8.6; juros sobre capital próprio/dividendos; e superávit do exercício/VA reinvestido.

Destaca-se que nas cooperativas brasileiras o superávit, ou sobra retida na entidade, é distribuído entre os sócios na proporção de suas movimentações e incorporado ao capital social em suas cotas parte. Nesse caso, entende-se que esses dois valores podem ser considerados como uma parte do VA que vai para o sócio. Já para a UNICRED, o item de maior destaque aparece no elemento 8.1, esse, representa a parcela do VA destinado aos funcionários, assim, do ponto de vista da responsabilidade social, pode se apontar tal dado como um indicador favorável e inferir que essa empresa, no período analisado, proporciona uma boa distribuição de renda.

O Gráfico 1 apresentado confirma a SICOOB visualmente que a maior parcela do VA gerado se destina aos sócios e à própria cooperativa. Entre os anos observados, 2011 e 2012, ocorreu uma evolução inversa entre cada parcela, com uma retração dos dividendos e uma ampliação das sobras (VA) retida na entidade. Onde se encontrar apenas Empresa "A" lê-se como SICOOB e Empresa "B" lê-se UNICRED.

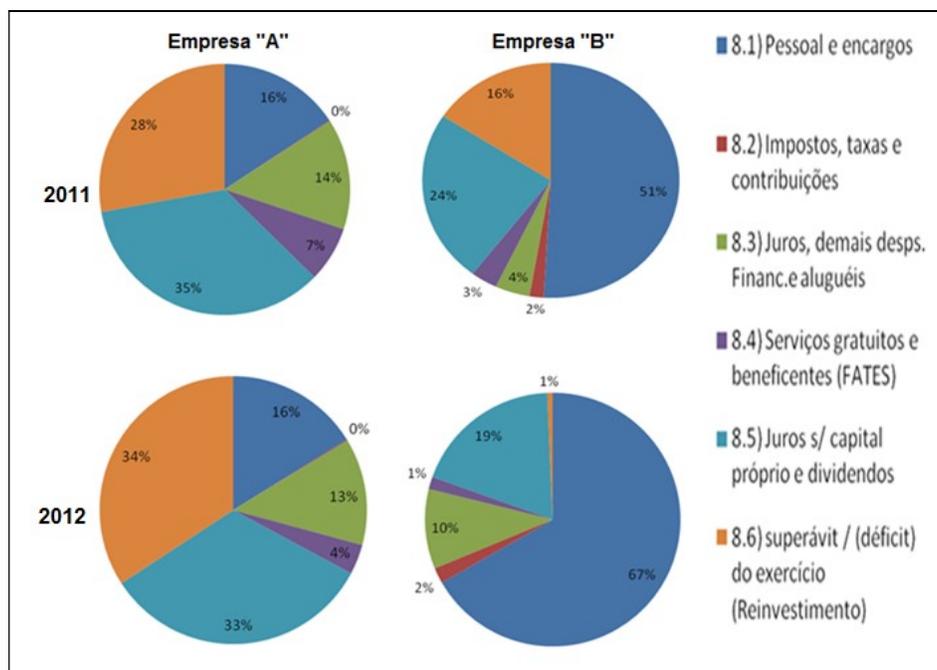


Gráfico 1 – Distribuição percentual do VA das Empresas SICOOB e UNICRED – 2011 e 2012
 Fonte: Adaptado pelo Autor de SICOOB (2012), e UNICRED (2012).

Quando somadas essas duas parcelas, identifica-se uma evolução negativa em quatro pontos percentuais, de modo que nesse intervalo temporal constata-se que a destinação desse valor praticamente migrou para a parcela do VA destinado aos serviços gratuitos e beneficentes.

Na DVA e no gráfico, constata-se que a menor parcela do VA foi justamente a que se destina aos serviços gratuitos e beneficentes, no entanto, foi a que teve a maior evolução positiva no período.

Outras duas categorias que também receberam parcelas expressivas do VA foram os gastos com pessoal, que se mantiveram estáveis em 16%, e gastos com terceiros, tais como juros e outros gastos. Destaca-se que os gastos com tributos representam uma parcela insignificante, de modo que não é percebida sua monta nos Gráficos.

Ainda, de acordo com Santos (2007), os dados da SICOOB indicam que no ano de 2011 e 2012, o quociente VA/Faturamento tem os seguintes valores: 1,0125 e 1,0091, respectivamente. Os indicadores mostram que, do ponto de vista de evolução econômica, a SICOOB teve uma pequena evolução negativa. A expectativa da sustentabilidade social é igualmente positiva. Acredita-se, dessa forma, que os objetivos dos sócios foram alcançados.

Ao aplicar os indicadores/quocientes propostos por Santos (2007) e adaptados para o presente estudo, encontram-se as seguintes informações para a UNICRED após as operações:

- Gastos com Pessoal / VA (2011) = 51%;
- Gastos com Pessoal / VA (2012) = 67%.
- Sócios-Dividendos / VA (2011) = 24%;
- Sócios-Dividendos / VA (2012) = 19%.
- Sobras/Superávit / VA (2011) = 16%;
- Sobras/Superávit / VA (2012) = 1%.

As análises dos indicadores abordados permitem inferir que, entre o ano de 2011 e o de 2012, a UNICRED proporcionou uma evolução positiva na categoria de pessoal. Houve maior participação dos funcionários no VA, com aumento de 16% do montante do VA destinado aos colaboradores de 2011 para 2012. Nesse sentido, a UNICRED foi a que mais contribuiu para a participação percentual do VA destinado a empregados, e, conseqüentemente, com o desenvolvimento na dimensão social no referido quesito.

Restaria ainda confirmar se os dados que indicam a parcela do VA gastos com funcionários são decorrentes de uma política pré-determinada de valorização do trabalhador, ou da consequência dos processos de gestão, pressões do mercado, ou algum fator não planejado. No entanto, dentro do objetivo do estudo, as análises indicam o que se pode conseguir da interpretação da DVA.

A movimentação entre as parcelas distribuídas do VA envolve necessariamente a perda em um segmento para o ganho de outro. No caso em questão, as principais perdas para

o bom êxito da parcela do VA destinado a funcionários foram decorrentes dos baixos resultados (sobras/dividendos). A parte destinada aos sócios, em forma de dividendos com perda de -5%, e a parcela destinada a ficar retida como aumento do capital social, que acumulou perda de -15%.

6. DVA - Análise Cruzada entre as Empresas SICOOB e UNICRED - 2011 a 2012

Conforme as análises seguintes, e comparações entre entidades, pretende-se testar a aplicação da DVA no sentido de comparar empresas, e assim ampliar a sua aplicação e utilidade.

Na sequência, Tabelas evidenciam dados de um mesmo gênero, extraído da DVA de cada cooperativa. O objetivo é de compará-los entre si, e verificar as possíveis análises e interpretações, de modo que permitam chegar ao potencial da DVA e emitir algum tipo de conclusão sobre a dimensão do desenvolvimento na sustentabilidade social.

A Tabela 1 transcreve a parcela do VA destinada à remuneração de pessoal e encargos sociais das cooperativas.

Tabela 1 - Distribuição VA para colaboradores entre cooperativas estudadas (2011 – 2012)

Parcela VA Para Colaboradores	2011	%VA	2012	%VA
8.1) Pessoal e encargos – SICOOB	1.806.941	16%	2.189.981	16%
8.1) Pessoal e encargos – UNICRED	1.571.465	51%	2.028.023	67%

Fonte: adaptada pelo autor de SICOOB (2012), e UNICRED (2012).

A Tabela 1 reporta uma informação expressiva, e os dados devem ser analisados em conjunto, pois não interessa apenas o montante físico destinado a funcionários para interpretar qual entidade dedica maior esforço no quesito distribuição de renda e empregabilidade. Conforme evidenciam os Gráficos, a SICOOB destinou o maior valor em moeda (reais) à classe trabalhadora, no entanto, a UNICRED, que distribuiu a menor parcela em valores absolutos em reais (R\$), é a cooperativa que teve o maior percentual do seu VA empregado no segmento de pessoal e encargos. Outro destaque observado na evolução da parcela destinada a pessoal e encargos são os indicadores apresentados pela UNICRED, que apontam uma evolução positiva em torno de 16% quanto à sua participação no VA total.

Dadas as anotações já mencionadas, é importante reforçar que o estudo da DVA com foco na relação de trabalho deve ser confrontado com outros dados, como número de colaboradores e remuneração média. As informações essenciais para tal normalmente encontram-se disponíveis nos relatórios da administração das cooperativas, o *disclousure* contábil, apresentado à prestação de contas nas Assembleias Geral Ordinárias (AGO).

Uma entidade poderia destinar vultosas cifras à classe trabalhadora, mas caso haja um grande número de colaboradores, seria possível identificar situações de baixos salários, e mesmo que o valor total gasto com funcionários possa ser expressivo, ainda assim poderia configurar exploração.

Outras nuances podem ser acrescentadas ao debate da DVA dentro da questão do desenvolvimento e sua dimensão social, lembrando que são sugestões para outros estudos, como políticas de valorização da mulher, idosos e portadores de necessidades especiais. São aspectos que permitem outros olhares sob o ponto de vista da sustentabilidade social no campo das relações de trabalho. Todas as informações perpassam pela utilização dos indicadores produzidos pela DVA e outras demonstrações contábeis.

6.1 Distribuição do VA aos Cofres Públicos

Os tributos compõem a maior parte da receita do Estado. Registra-se que uma de suas principais funções é garantir o bem-estar de seu povo, logo, nesse rol de obviedades, constata-se a função social do tributo e a importância das pessoas físicas e jurídicas assumirem seus compromissos e responsabilidade fiscal, configurando a necessidade de os *stakeholders* analisarem e acompanharem a vida tributária das empresas, lembrando que a DVA dedica um item que permite realizar tal avaliação.

A iniciativa privada vai sempre priorizar os resultados e dedicar esforços para ampliar seu lucro. Problemas relacionados ao combate da desigualdade social provocada pela má distribuição de renda; o acesso e manutenção da cultura, dos valores pessoais e familiares; o direito e acesso ao lazer, à segurança e saúde, conforme elucidado por Dowbor (2007), são as principais ocupações que o Estado deveria priorizar. Os tributos são a fonte de recursos com que, indiretamente, os contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, financiam as ações de promoção social.

A DVA permite analisar uma empresa isolada ou um grupo de empresas, conforme Tabela 2. É possível verificar qual a participação, em volume financeiro, e qual o percentual que os tributos representam no montante do VA produzido num período e realizar um estudo da capacidade contributiva dessas células sociais que configuram, indiretamente, um estudo relacionado ao desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social, pois são os tributos a fonte de receitas que permite ao Estado o desempenho de suas funções.

As cooperativas têm tratamento tributário diferenciado das demais formas jurídicas de composição de empresas, por serem isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), do PIS e da COFINS sobre faturamento.

A justificativa de tal isenção tributária é que os tributos em questão são devidos sob a parcela de lucro das empresas. Já nas cooperativas não se fala em lucro, ele não existe, no caso, são as sobras, e essas não pertencem à cooperativa, mas aos sócios, logo, não há incidências dos tributos sob as operações realizadas com os sócios.

Nesse quesito, ao se comparar uma cooperativa com outra modalidade, é provável que se ateste contra as cooperativas no caso da sustentabilidade social voltada à parcela de contribuição da empresa para com a sociedade, quanto à participação em compor as receitas públicas. A Tabela 2 mostra o montante de tributos gerados e recolhidos aos cofres públicos pelas cooperativas estudadas.

Tabela 2 - Distribuição VA Destinada a tributos entre cooperativas estudadas (2011 – 2012)

Parcela VA Para Tributos	2011	%VA	2012	%VA
8.2) Impostos, taxas e contribuições - SICOOB	13.879	0,1%	19.043	0,1%
8.2) Impostos, taxas e contribuições - UNICRED	55.043	1,8%	60.319	2,0%

Fonte: adaptada pelo autor de SICOOB (2012), e UNICRED (2012).

A responsabilidade social das cooperativas pesquisadas, observada sob a óptica da participação em contribuir com o recolhimento dos tributos, e conseqüentemente com a composição das receitas públicas, pode ser dimensionada na análise dos dados anteriores. Constata-se que, tanto em função do montante recolhido, tanto quanto ao percentual do VA de cada entidade, a UNICRED destaca-se como a cooperativa que mais destinou parte de seu VA ao governo.

6.2 Destinação do VA a ser Reinvestido na própria Entidade

Uma das principais importâncias desse quesito situa-se na análise de empresas que se instalam em determinado local apenas com objetivo de retirar vantagens econômicas. Não demonstram preocupação em se manter de modo perene na localidade, e todos os resultados positivos são transferidos para outras localidades, normalmente suas matrizes/sedes.

A Tabela 3 reporta à parcela do VA gerado nas cooperativas SICOOB e UNICRED. A Tabela destaca os valores em reais, e o Gráfico reporta à participação percentual desses valores dentro de cada entidade, utilizando-se o seguinte quociente: valor total retido pela cooperativa / VAT.

Tabela 3- Distribuição VA gerada e retida na própria cooperativa (2011 – 2012)

Parcela VA Retido/Reinvestido	2011	% VA	2012	%VA
8.6) Superávit / (déficit) do exercício – SICOOB	3.204.230,00	0,34	4.633.510,00	0,28
8.6) Superávit / (déficit) do exercício – UNICRED	487.658,00	0,01	20.576,00	0,16

Fonte: adaptada pelos autores de SICOOB (2012), e UNICRED (2012).

Nesse quesito, a SICOOB aparece nitidamente como a entidade de maior destaque, apresentando valores absolutos (R\$) e em percentuais bem superiores aos da outra cooperativa analisada. Nesse caso, as sobras nas cooperativas são estatutariamente destinadas a compor fundos de reserva específicos (reserva legal, FATES, e remuneração do capital social). Somente após essa destinação das sobras é que a parcela restante fica disponível à deliberação para sua destinação, podendo ainda continuar reforçando o capital social ou ser destinada a dividendos.

Esse resultado pode ser considerado, em cooperativas, como um fator positivo para desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social. Certamente esse é um dos fatores que mais diferenciam as empresas cooperativas das demais modalidades. Ainda retomando os indicadores apresentados, destaca-se que esse quesito, a parcela do VA que fica retida na empresa, pode também representar a eficácia administrativa dos gestores e a política da sociedade em manter-se e continuar sediada na localidade onde se encontra. A empresa que não investe nela mesma pode configurar um tipo de negócio que busca explorar alguma oportunidade momentânea e a qualquer hora pode se mudar.

Acrescenta-se, neste debate, as considerações da tese da corrente do crescimento zero, anunciada nos estudo por Santos *et al.* (2012), que está ligada à preocupação relacionada à evolução. As cooperativas seriam uma modalidade que hipoteticamente teriam viabilidade de adotar a teoria anunciada, pois um de seus princípios defende justamente que a sociedade cooperativa não visa lucro.

Sob esse olhar, a SICOOB, ao contrário do que aparentemente representa, poderia configurar-se como a Cooperativa que mais teve sobras, no entanto, não teria alcançado bom desempenho na dimensão social, pois se a cooperativa não visa lucros, não tem sentido a empresa ter grandes sobras se o sócio/cooperado e cliente, ao adquirir produtos e serviços poderia ter pago preços menores e, conseqüentemente, os resultados alcançados não representariam ganho na dimensão da sustentabilidade social. Essa questão de objetivo social também permite e dá oportunidade para um estudo à parte. É importante lembrar que escopo do presente estudo está no debate sobre a DVA como ferramenta de mensuração do desenvolvimento em sua dimensão da sustentabilidade social.

7. Considerações finais

A análise da dimensão da sustentabilidade social evidenciada neste estudo, por meio da DVA, permite constatar que os dados evidenciados possibilitam identificar as ações das empresas comprometidas com o desenvolvimento. No entanto, outras informações são essenciais para serem cruzadas com as extraídas da DVA e, assim, será possível ampliar a base de observação para além da dimensão social do desenvolvimento.

A proposta deste estudo partiu de questionamentos sobre mecanismos e ferramentas que permitam mensurar a dimensão social do desenvolvimento econômico, e, nesse sentido, a pesquisa analisou a DVA com dados de duas empresas cooperativistas como pano de fundo para se testar a proposta levantada.

Conforme se verifica no contexto deste estudo, a DVA é uma demonstração que evidencia inúmeras informações, que podem ser analisadas de modo isolado ou em conjunto, capazes de reportar as políticas e ações sociais de uma empresa destinadas à comunidade e à região onde se encontra instalada.

Toda sociedade empresarial está sujeita a manter escrituração contábil regular de sua movimentação financeira, mas a maioria das empresas elabora apenas o Balaço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A DVA se mostra, então, uma peça que poderia ser confeccionada, permitindo maior abrangência da interpretação das ações de uma entidade, visto que todos os requisitos necessários à sua elaboração já estão disponíveis na escrituração da contabilidade e nas duas demonstrações mencionadas.

Como foi demonstrado, a elaboração da DVA dá-se basicamente a partir da DRE, além de outros dados que podem ser extraídos com facilidade da escrituração contábil, assim, é uma peça que não demanda alta complexidade em sua confecção, e pode certamente ser adotada pelas empresas, bem como pelos organismos e instituições que estudam o desenvolvimento regional.

Enfim, o estudo pode confirmar que a elaboração da DVA é plenamente aplicável às sociedades empresariais, como mecanismo destinado a analisar eventos ligados à promoção de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

As informações produzidas por esta demonstração podem colaborar e servir como indicadores de medida do desenvolvimento econômico de uma empresa, em especial, extrair indicadores que evocam análises além da dimensão econômica, permitindo verificar aspectos sociais que, ao serem evidenciados, permitem planejar ações capazes de promover desenvolvimento, ou seja, melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas e da região.

Conforme relatado, o PIB reporta apenas o montante da riqueza gerada numa região (dados econômicos), já a DVA, semelhante ao PIB, é uma ferramenta que evidencia a riqueza gerada por um grupo empresarial, no caso o valor adicionado (VA). O diferencial da DVA está em demonstrar o destino do VA, permitindo identificar quanto essa célula social contribuiu, por exemplo, com salários e tributos (dados sociais). Esses gastos representam uma forma de distribuição de renda, e permitem contribuir com a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida em uma região, proporcionando ganhos do desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

Na análise do VA gasto com pessoal e encargos, indicou-se que a UNICRED, no período estudado, destinou o maior percentual do VA gerado para a categoria dos funcionários, 51% em 2011 e 67% em 2012. Esses dados representam a contribuição dessa empresa no quesito distribuição de renda à comunidade por meio de salários, e com base nas opiniões apresentadas dos teóricos estudados representam uma parcela de participação das empresas para o desenvolvimento regional na dimensão social.

Tinoco (2010) destaca que as informações relacionadas à sustentabilidade social, na esfera dos colaboradores, deve esclarecer além de questões relacionadas ao salário, como é a contratação, a promoção, a evolução e as condições de trabalho. Todos esses dados não estão disponíveis na DVA, mas ela, de uma forma bem rápida e transparente, elucida informações iniciais dessa análise, e mesmo com algumas limitações, a DVA, além de esclarecer algumas dúvidas, provoca novos questionamentos que contribuem para o amadurecimento dos *stakeholders* que mantiverem contato com as informações reportadas na DVA.

Nos demais indicadores analisados, a destinação do VA para tributos e o VA retido na própria entidade possibilitaram, da mesma forma, identificar qual empresa obteve o melhor desempenho e maior vulnerabilidade para a promoção de desenvolvimento. No caso do quesito tributos, a UNICRED, mesmo com um menor FB, obteve a maior participação, tanto em valores brutos, quanto em percentuais. No quesito destinado à retenção do VA na própria empresa, a SICOOB obteve o melhor desempenho, 4,6 milhões de reais no ano de 2011 e 3,2 milhões em 2012, o que correspondeu a um percentual entre 25% e 35% do VA gerado por essa cooperativa. Ambos indicadores, assim como o de participação dos trabalhadores, permitiram comprovar a capacidade de a DVA reportar e comparar a participação dessas cooperativas para a promoção do desenvolvimento regional.

Em suma, a DVA mostra-se como uma ferramenta capaz de alargar análises e debates essenciais para a sociedade empresarial e demais membros da comunidade, necessária para

comprovar a responsabilidade social corporativa das empresas dentro da dimensão da sustentabilidade social.

O poder de informação que a DVA proporciona, tanto em análises isoladas de uma entidade, como na comparação entre entidades, permite inferir que nos debates sobre desenvolvimento regional é imprescindível manter assento permanente da ciência contábil e suas ferramentas.

8. Referências

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. *Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som; tradução de GUARESCHI, Pedrinho A. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELLEN, Hans M. V. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

BESSA, Fabiane L. B. N. Responsabilidade social das empresas: práticas sociais e regulamentação jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. *Alterações na Lei das sociedades por ações*. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10 dez. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 01/00*. Rio de Janeiro: CVM/SNC, 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/ofsnc-sep01-00.asp>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS DE CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do valor adicionado*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

CUNHA, Jaqueline V. A. de; RIBEIRO, Maisa de S. *Evolução e estrutura do Balanço Social no Brasil e países selecionados: um estudo empírico*. RAC-Eletrônica, v. 1, n. 2, art. 9, p. 136-152, Maio/Ago. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_zip/a_640.zip>. Acesso em: 11 dez. 2012.

DESLANDES, Suely F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOWBOR, Ladislau. *Inovação Social e Sustentabilidade*. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf#page=35>. Acesso em 21 nov. 2013.

FERREIRA, Flávio S. et al. *Responsabilidade social corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do balanço social*. Ourinhos: VII SEMEAD. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7Semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/SA05_Respons_Social_Corporativa_Proc_Estrategi.PDF>. Acesso em: 11 dez. 2012.

- FREGONESE, Mariana S. F. do A. Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado. São Paulo. Tese de Doutorado em Contabilidade. USP, 2009.
- HADDAD, P. R. (org.), *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza:ETENE/BNB, 1989.
- IUDÍCIBUS, S. et al. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.
- ISARD, W., *Methods of regional analysis*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- MARCONI, Maria de A.; e LAKATOS, Eva M. *Metodologia do trabalho científico*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTOS, Ariovaldo dos. DVA – *Uma demonstração que veio para ficar*. São Paulo: *Revista Contabilidade & Finanças*. v.16, nº 38, mai/ago. 2005, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772005000200001&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 10 dez. 2012.
- SANTOS, Elinaldo L. et al. *Desenvolvimento: Um conceito multidimensional*. Mafra: DRd – Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n. 1, p. 44 – 61, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br>. Acesso em: 19 ago. 2013.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SECRETARIA DE GESTÃO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. *Goiás em dados 2004*. Goiânia: SEGPLAN, 2004. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepin/down/goDados2004.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SICCOB- MINEIROS. *Histórico. Mineiros/SICCOB*. Mineiros: 2012. Disponível em: <<http://www.SICCOBmineiros.com.br/?q=node/38>>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- SILVA, Matiniano J. *Parque das emas: última pátria do cerrado*. Goiânia: Kelpes, 2011.
- SIMÕES, R. F., *Métodos de Análise Regional e Urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento*. Texto para Discussão, n. 259. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2005.
- UNICRED. Histórico e Rede de atendimento. *Rio Verde-GO: UNICRED Sudoeste Goiano*, 2012. Disponível em: <<http://www.UNICREDSudoestegoiano.com.br/historico.php>>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- VIEIRA, Edson Trajano. Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado em História Econômica – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.